nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e no Decreto Estadual nº 1.359/2015;

CONSIDERANDO que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), em seu artigo 5º expressamente determina o dever do Estado de garantir o acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

CONSIDERANDO que o Direito à Informação não é apenas um direito em si, mas um instrumento para o exercício do controle social e para implementação de direitos constitucionalmente previstos;

CONSIDERANDO a elaboração, por meio do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, de Relatório de Avaliação da transparência dos portais oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Pará.

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento das práticas de transparência no intuito de alcançar plena aderência aos requisitos normativos existentes; RESOLVE, instaurar ex officio, Procedimento Preliminar, tendo por objeto o aprimoramento das práticas de transparência pública, incluindo a consolidação e a divulgação das informações à sociedade, e, notificando a Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN, Sra. Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho, para tomar conhecimento acerca do Relatório de Avaliação da transparência dos portais oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Pará, elaborado por este MPC/PA, bem como das medidas necessárias para adequação aos preceitos legais.

Belém, 16 de janeiro de 2022.

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Titular da 1ª Procuradoria

Protocolo: 897728

PORTARIA Nº 02/2023 – 1ªPC/MPC/PA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, pela Procuradora de Contas que subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento na Resolução nº 020/2022 do Colégio de Procuradores de Contas e nos artigos 26, I, da Lei nº 8.625/1993; artigos 13 e 15 da Lei Complementar Estadual nº 09/1992; artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, artigo 7º da Lei 12.527/11 e artigos 129 e 130 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que ao órgão ministerial de contas do Estado do Pará compete promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as leis, em especial no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

CONSIDERANDO a existência de requisitos de transparência públicas disciplinados na Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e no Decreto Estadual nº 1.359/2015;

CONSIDERANDO que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), em seu artigo 5º expressamente determina o dever do Estado de garantir o acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

CONSIDERANDO que o Direito à Informação não é apenas um direito em si, mas um instrumento para o exercício do controle social e para implementação de direitos constitucionalmente previstos;

CONSIDERANDO o encaminhamento pela Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, por meio do Memorando nº 05/2022-OUV/MPC/PA, da reclamação de usuário acerca de falhas nos serviços públicos prestados pela PMPA, especialmente quanto à transparência na administração pública;

CONSIDERANDO a elaboração, por meio do Centro de Apoio Operacional (CAO) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, de Relatório de Avaliação da transparência dos portais oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Pará.

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento das práticas de transparência no intuito de alcançar plena aderência aos requisitos normativos existentes;

RESOLVE, instaurar ex officio, Procedimento Preliminar, tendo por objeto o aprimoramento das práticas de transparência pública, incluindo a consolidação e a divulgação das informações à sociedade, e, notificando o Comandante Geral da Política Militar do Pará - PMPA, Sr. Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior, para tomar conhecimento acerca do Relatório de Avaliação da transparência dos portais oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Pará, elaborado por este MPC/PA, bem como das medidas necessárias para adequação aos preceitos legais.

Belém, 16 de janeiro de 2022.

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Titular da 1ª Procuradoria de Contas

Protocolo: 897732

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 0221/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o procedimento de apuração da responsabilidade da empresa MKR PESSOA - ME (CNPJ nº 12.202.614/0001-35), em sua atuação nos Contratos nº 120/2021-MP/PA, 121/2021-MP/PA e 122/2021-MP/PA, substanciado no Processo nº 13/2022-SGJ-TA (Protocolo SIP 10317/2022); CONSIDERANDO que foi expedido o Ofício nº 161/2022-SGJ-TA/MP/PA para comunicar à empresa acerca da instauração do processo de penalidade e para assegurar o direito à ampla defesa, não tendo a empresa apresentado defesa prévia;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 443/2022-ASS/JUR/PGJ, opinando pela aplicação da sanção de MULTA em razão do descumprimento das obrigações fixadas nos Contratos;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público e os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade;

R E S O L V E:

I – APLICAR, à empresa MKR PESSOA - ME (CNPJ nº 12.202.614/0001-35), a penalidade de MULTA no percentual de 0,2% sobre o valor mensal dos contratos, prevista na subcláusula 13.1.3.3.1, c/c a subcláusula 13.1.3.3.2 dos instrumentos, em razão do descumprimento da obrigação descrita na cláusula 10.2.5 dos contratos, conforme a seguir descrito:

Contrato nº 120/2021-MP/PA				
Município	Valor mensal	Percentual Multa	Resultado	Valor Multa (por duas infrações)
PJ Santarém e Teatros Vitória	R\$ 21.333,30	0,2%	R\$ 42,67	R\$ 85,34

Contrato nº 121/2021-MP/PA				
Município	Valor mensal	Percentual Multa	Resultado	Valor Multa (por duas infrações)
PJ Abaetetuba	R\$ 6.044,24	0,2%	R\$ 12,09	R\$ 24,18

Contrato nº 122/2021-MP/PA				
Município	Valor mensal	Percentual Multa	Resultado	Valor Multa (por duas infrações)
PJ Barcarena	R\$6.008,16	0,2%	R\$ 12,02	R\$ 24,04

II – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém/PA, 20 de janeiro de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 897678

PORTARIA Nº 0223/2023-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a instauração do procedimento de apuração da responsabilidade da empresa SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, em sua atuação nos Contratos nº 081/2017, 136/2017, 082/2017, 083/2017, 091/2017, 106/2017, 108/2017, 105/2017, 107/2017, 132/2017, 090/2017, 016/2018 e 015/2018-MP/PA, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de recepcionista, telefonista e copeiragem nas dependências do Ministério Público do Estado do Pará, substanciado no Processo nº 015/2022-SGJ-TA (Protocolo SIP 13744/2022);

CONSIDERANDO que foi expedido o Ofício nº 176/2022-SGJ-TA/MP/PA para comunicar à Empresa acerca da instauração do processo de penalidade e para assegurar o direito à ampla defesa, não tendo a Empresa apresentado defesa prévia;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 444/2022-ASS/JUR/PGJ, opinando pela aplicação da sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PERÍODO DE 01 (UM), em razão do descumprimento das obrigações fixadas nos Contratos;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público e os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade;

RESOLVE:

I – APLICAR, à Empresa SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, a sanção de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, conforme item 13.1.3.1., I dos Contratos mencionados, em virtude do descumprimento do art. 459, §1º da CLT e das obrigações descritas nas subcláusulas 10.2.11, 10.2.18, 10.2.19 e 13.1.2.5, item 14 dos Contratos em apreço.

II – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém/PA, 20 de janeiro de 2023.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 897679